

O Movimento das Mulheres Originárias na Luta por seus Direitos

El Movimiento de Mujeres Indígenas en la Lucha por sus Derechos

The Indigenous Women's Movement in the Fight for their Rights

Cristiane Modesto do Nascimento

Resumo: O presente artigo tem por objetivo fazer uma breve reflexão acerca do movimento político protagonizado pelas mulheres originárias na defesa de seus direitos, visando destacar a atuação destas nos processos referentes às demandas gerais dos povos e movimento(s) indígena(s). O trabalho foi elaborado por meio de pesquisa e revisão bibliográfica acerca do protagonismo das mulheres originárias e sua atuação política nas últimas décadas, além da netnografia, forma especializada de etnografia mediada por Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Foi possível concluir que as mulheres originárias resistiram ao processo colonizador orquestrado pelo Estado, e hoje, encontram-se cada vez mais organizadas, protagonizando um movimento próprio em defesa de seus direitos, demarcando, aldeias, territórios, ruas, urnas, redes sociais, academias e a política.

Palavras Chave: Mulheres Originárias. Movimento Indígen. Política.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo hacer una breve reflexión sobre el movimiento político liderado por mujeres indígenas en la defensa de sus derechos, con el objetivo de resaltar su papel en los procesos relacionados con las demandas generales de los pueblos y movimientos indígenas. El trabajo fue elaborado a través de la investigación y revisión bibliográfica sobre el protagonismo de las mujeres indígenas y su actividad política en las últimas décadas, además de la netnografía, forma especializada de etnografía mediada por las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC). Se pudo concluir que las mujeres originarias resistieron el proceso colonizador orquestado por el Estado, y hoy, cada vez más se organizan, liderando su propio movimiento en defensa de sus derechos, demarcando pueblos, territorios, calles, urnas, redes sociales, academias. y la política.

Palabras Claves: Mujeres originales. Movimiento Indígena. Política.

Abstract: This article aims to make a brief reflection on the political movement led by indigenous women in the defense of their rights, seeking to highlight their role in processes related to the general demands of indigenous peoples and movement(s). The work was elaborated through research and bibliographic review on the protagonism of indigenous women and their political activity in recent decades, in addition to netnography, a specialized form of ethnography mediated by Information and Communication Technologies (ICT). It was possible to conclude that the original women resisted the colonizing process orchestrated by the State, and today, they are increasingly organized, leading their own movement in defense of their rights, demarcating villages, territories, streets, ballot boxes, social networks, academies and the policy.

Keywords: Original Women. Indigenous Movement. Policy.

¹ Este artigo é resultado da especialização em “Análise das teorias de gênero e feminismos na América Latina”, sob a orientação da professora doutora Denise Cardoso Machado, professora do IFCH/UFPA, vinculada à Faculdade de Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS/UFPA. Agradeço às/aos pareceristas no processo de apresentação final do artigo.

INTRODUÇÃO.

Este artigo objetiva propiciar algumas reflexões acerca do movimento político protagonizado por mulheres originárias, na defesa de seus direitos, além de sua atuação nos processos referentes às demandas gerais do(s) movimento(s) indígenas. Sem a pretensão de dar conta da plenitude em que está imersa essa atuação, já que no Brasil existem 896,9 mil indígenas, divididos em 305 etnias, onde 448 mil são mulheres.

É importante salientar que a categoria mulher usada neste escrito, longe de ser uma definição biológica, preza pelas várias possibilidades que esse termo, baseado nas discussões sobre gênero, pode oferecer (PISCITELLI, 2002).

O trabalho foi pautado em revisão bibliográfica acerca da atuação das mulheres na sociedade, baseando-se principalmente nas teorias interdisciplinares de gênero, na perspectiva feminista, trabalhadas na disciplina “Fundamentos das teorias de gênero e feminismo”, do Curso de Especialização Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina, ofertado pelo Grupo de Pesquisas Eneida de Moraes (GEPEM) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Além de pesquisas bibliográficas referentes ao protagonismo das mulheres originárias e sua atuação política ligadas ao movimento indígena nas últimas décadas.

Tomando por base o modelo netnográfico, forma especializada de etnografia mediada por Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) com abordagem adaptada para estudar fóruns, grupos de notícias, blogs, redes sociais, etc., a fim de se chegar à compreensão e à representação etnográfica dos fenômenos culturais (SILVA, 2015), foram investigadas diversas páginas online ligadas ao movimento de mulheres indígenas.

1. Relações de Gênero, Colonialismo e o Ascender de um Movimento Indígena

A história contada sobre os povos indígenas no Brasil, foi escrita a partir da chegada dos europeus nesse território. Por essa razão pouco se sabe sobre a vida no Pindorama antes de sua invasão, disfarçada de conquista. No entanto, é correto afirmar que aqui, assim como em outras sociedades tribais e afro-americanas em que colonialismo se instalou, as relações de gênero foram modificadas (SEGATO, 2012).

É possível afirmar ainda, baseado em vários estudos antropológicos, que antes da intrusão nas Américas havia a existência de “nomenclaturas” de gênero contendo “uma organização do patriarcado de baixa intensidade” (SEGATO, 2012, pg.116). No entanto, a partir do contato com o colonizador, várias mudanças foram observadas, principalmente no que se refere aos padrões de comportamento adotado por homens originários dentro de seus territórios (*idem*).

As opressões cometidas pelo patriarcado originário contra a mulher afro-americana se distanciavam daquelas cometidas pelo colonizador, dessa forma o machismo é considerado pelas mulheres originárias como “mais uma epidemia trazida pelos europeus” (Carta da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, agosto 2019).

É importante elucidar que os homens das Américas também foram vítimas desse sistema de opressão promovido pelos colonizadores. Apesar de serem seus porta-vozes e possuírem um nível de diálogo com eles, os homens das Américas foram emasculados pelo homem branco, perdendo sua autonomia e ficando sob os domínios dos recém-chegados.

Contudo, nos processos de invasões as mulheres foram, e são, as maiores vítimas desse estado colonizador e capitalista. Seus corpos conheceram a violência de gênero, estupros, mutilações, e várias outras agressões. Segato (2012) enfatiza que “crueldade e o desamparo das mulheres aumentam à medida que a modernidade e o mercado se expandem”, assim como aconteceu no Brasil, desde o início da colonização. Essas mesmas opressões seguiram cristalizadas pelos fios da história e continuam a ser reproduzidas pelos seus herdeiros diretos, homens, indígenas ou não, ainda hoje (*idem*) reduzindo o papel que a mulher originária possui na sociedade em geral.

Em meados da década de 1970, ocorria no Brasil os primeiros indícios da institucionalização de um Movimento integrado e dirigido por lideranças indígenas. Partindo de mobilizações conjuntas contra as ondas de repressões sociais que sofreram por mais de quatro séculos, os povos originários passaram a organizar suas lutas, visando efetivar, garantir e defender seus direitos.

Concomitante as mobilizações indígenas, ocorria, na década de 1970, a integração das ações feministas nos movimentos contra a Ditadura Militar em todo o território nacional, além da inserção das mulheres no mercado de trabalho, sua incorporação na academia e a inclusão dessas agentes sociais na historiografia brasileira (RAGO, 1995).

Com a retomada da democracia na segunda metade da década de 1980, a população brasileira alcançou grandes conquistas no campo legal. Nesse ínterim, os povos originários, que com a nova Constituição Federal, promulgada em 1988, “tiveram reconhecida sua capacidade jurídica de se fazer representar por si próprias, independente da agência indigenista” (OLIVEIRA, 2016, p. 279), o que contribuiu para que aumentassem nos anos seguintes a criação de organizações de autorrepresentação indígena, possibilitando a efetivação do movimento social dos povos originários, denominado posteriormente, de Movimento Indígena.

Atualmente, o Movimento Indígena concentra-se em defender os direitos dos povos originários, respeitando a pluralidade étnica presente no território nacional, que possui aproximadamente 305 etnias, diferentes culturalmente entre si, em línguas, ritos, costumes e ancestralidade. Assim, o movimento indígena, é plural e visa englobar as demandas particulares de cada povo, além das reivindicações em comuns, pautadas na demarcação de seus territórios, saúde e educação diferenciadas.

As mulheres originárias sempre estiveram inseridas e participando ativamente no contexto do movimento indígena, desde sua articulação até a consolidação como movimento social. Porém, muitas vezes, suas lutas foram invisibilizadas em meio às reivindicações do movimento dos povos originários, em geral. Além disso, sua própria posição na sociedade, durante muito tempo, foi relegada a um segundo plano.

2. Qual o Lugar Ocupado pelas Mulheres Originárias?

A presença das mulheres, na história do Brasil, ocupou, durante muito tempo, lugares pautados, no casamento, maternidade, criação dos filhos e em outros papéis definidos pela atuação na vida doméstica, ocultando sua participação como agentes ativas nos processos de transformação da sociedade (MATOS, 2013).

Esse fato só passou a mudar a partir da década de 1970, com as mobilizações sociais protagonizadas pelas mulheres contra a Ditadura Militar e conseqüentemente, a sua inclusão em diversos ambientes da esfera pública (PERROT, 2008), incluindo a academia, onde puderam experienciar

outras formas de reivindicar os seus direitos através da literatura acadêmica, escrevendo sobre si e se “colocando” na história.

Quanto às mulheres originárias, elas ocupavam, nas páginas da história do Brasil, um papel romantizado, representando o ser responsável por gerar o seu grupo social, além de outros papéis relacionados a questões matrimoniais e a vida doméstica, seu protagonismo se encerrava aí. Toda a história de resistência desencadeada por estas mulheres desde a invasão do território que hoje corresponde ao Brasil, foi apagada, e a elas restou uma imagem de submissão diante do colonizador, e posteriormente dos homens de seu próprio povo.

Até mesmo a literatura antropológica deixou as mulheres originárias em um lugar de esquecimento (LASMAR, 1998). Foi somente com os estudos etnográficos mais recentes que se observou maior atenção ao universo que compunha a vida das originárias, além, é claro, da sua também inclusão na academia, que representou uma descolonização epistêmica para estas, que outrora foram retratadas por meio de diversos estereótipos que contribuíram ao longo dos séculos para a perpetuação acerca da sua imagem na sociedade, refletindo a subjetividade de quem as escrevia, em sua maioria homens e não indígenas.

Ainda hoje, é possível observar a mulher originária ocupando espaços mistificados nos discursos dos não indígenas, ou nas próprias mídias, com seus adornos e grafismos, imagens aparentemente simples e cotidianas, mas que por vezes escancaram uma sexualização de seus corpos. É importante frisar que desde os tempos coloniais, a exotização e erotização da mulher originária é observada. Naquele momento, seus corpos representavam uma extensão da “conquista” do território, foi ali, que dentre diversas outras violências, a mulher originária conheceu a violência sexual, que se configura uma dolorosa característica do Brasil colonial.

Após a retomada da democracia e o surgimento de organizações de autorrepresentação indígena, comissões, diretorias e afins, as mulheres passam a ocupar cada vez mais os espaços públicos de articulações políticas, participando ativamente das pautas de lutas que permeiam as demandas étnicas dos povos originários, assim como as demandas específicas que englobam as suas reivindicações de gênero e a imagem construída sobre seus corpos passou a ser fortemente contestada por estas agentes.

Dessa forma, as mulheres originárias vêm nas últimas décadas institucionalizando um movimento com pautas exclusivas para a garantia de sua sobrevivência e reprodução social, como a defesa de seu território e a demarcação das terras indígenas, além de focar nas reivindicações de gênero e da sua condição dentro e fora da aldeia, como a violência doméstica, saúde, educação e a sua atuação política nos espaços públicos e privados. Tais pautas englobam as reivindicações do movimento indígena, além de aproximar com as pautas do movimento feminista.

É importante lembrar que a partir da consolidação do movimento feminista, foi adotada a universalização da mulher, tomando por base o gênero, não levando outras categorias como raça, classe, sexualidade, etc. (LUGONES, 2011), o que contribuiu para a minimização das discussões que elucidam não haver apenas um feminismo e sim feminismos, visto que as mulheres se enquadram em diversas outras categorias para além do gênero.

No caso das mulheres originárias, há três fatores que pautam sua posição na sociedade. O primeiro é por elas serem mulheres, o segundo por serem indígenas, e o terceiro por fazerem parte, em sua maioria, de uma classe social financeiramente baixa. Dessa forma, a opressão sofrida por essas mulheres é totalmente diferente das opressões sofrida por mulheres não indígenas e de classes

sociais mais abastardas, com reivindicações diferentes das pautadas pelas originárias. É por essa razão que as diversas vertentes do movimento feminista, por mais múltiplas que sejam, podem, por vezes, não conseguir abarcar as pautas das mulheres originárias.

Ainda hoje, a inserção das demandas das mulheres originárias nas teorias que envolvem o movimento feminista é difícil, pois os povos indígenas fazem parte de um segmento social que possui suas lógicas culturais próprias, orientadas conforme a ancestralidade e a tradição de cada povo.

Segundo a Carta da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas (2019):

O que é considerado violência pelas mulheres não indígenas pode não ser considerado violência por nós. Isso não significa que fecharemos nossos olhos para as violências que reconhecemos que acontecem em nossas aldeias, mas sim que precisamos levar em consideração e o intuito é exatamente contrapor, problematizar e trazer reflexões críticas a respeito de práticas cotidianas e formas de organização política contemporâneas entre nós. (Carta da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, 2019)

Para além das epistemologias, é importante se falar no movimento das mulheres originárias, que vem crescendo nas últimas décadas, um movimento múltiplo e que engloba pautas do movimento indígena, do movimento feminista e dialoga com pautas de diversos outros movimentos sociais.

3. O Movimento e Mulheres Originárias

Em janeiro de 2019, logo após assumir a presidência do Brasil, Jair Bolsonaro estipulou diversas medidas que afetavam diretamente os povos originários, como a que transferia a competência de identificação, delimitação, reconhecimento e demarcação das Terras Indígenas (TI) da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

No entanto, muitas das medidas propostas pelo então presidente foram revogadas após diversas mobilizações encabeçadas pelo movimento indígena, algumas atingindo um apelo internacional, como a Campanha “Sangue Indígena: nenhuma gota a mais”, organizada em janeiro de 2019 pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). A campanha ganhou o mundo, e mais de 10 países reproduziram manifestações como as ocorridas no Brasil, em prol dos povos originários.

Em abril do mesmo ano, durante a realização da XV edição do Acampamento Terra Livre (ATL) com o tema “Sangue Indígena. Nas veias, a luta pela terra”, os indígenas protestaram contra o governo vigente, que era declaradamente contra os direitos dos povos originários, alegando ainda em campanha que se ganhasse não teria nem um centímetro a mais para terras indígenas. O ATL reuniu mais de 4 mil lideranças indígenas que brigavam por demarcação, além de diversos outros direitos garantidos pela Constituição Federal.

Na ocasião, as mulheres originárias ali presentes, organizaram diversas reuniões a fim de debaterem sobre o Território e sua relação com o corpo e o espírito, deliberando que a “terra” era a prioridade das pautas, pois somente com o território assegurado é que a permanência dos povos indígenas pode ser assegurada. Ainda em 2019, a temática em questão se configuraria no tema da I Marcha das Mulheres originárias do Brasil, com o tema “Território, nosso corpo, nosso espírito”,

realizada em Brasília entre os dias 10 e 14 de agosto. É importante destacar que a marcha representou a primeira grande passeata de mulheres indígenas no Brasil e mundo.

Nós estamos fincadas na terra, pois é nela que buscamos nossos ancestrais e por ela que alimentamos nossa vida. Por isso, o território para nós não é um bem que pode ser vendido, trocado, explorado. O território é nossa própria vida, nosso corpo, nosso espírito. (Carta da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, 2019)

Reunindo aproximadamente três mil mulheres de 130 etnias de todo o Brasil, durante os cinco dias de evento, a marcha visou revisitar discussões sobre as diversas violências que as mulheres originárias estavam enfrentando naquele momento, assim como todos os povos indígenas, além de reforçarem o descontentamento com o presidente, como pode ser visto no seguinte trecho: “Somos totalmente contrárias às narrativas, aos propósitos, e aos atos do atual governo, que vem deixando explícita sua intenção de extermínio dos povos indígenas, visando à invasão e exploração genocida dos nossos territórios pelo capital” (*ibidem*).

No último dia de mobilização, 14 de agosto, a Marcha das mulheres indígenas se uniu à Marcha das Margaridas, evento realizado desde os anos 2000 que reúne mulheres do campo e das florestas em ações para fortalecer as lutas das mulheres e trabalhadoras rurais. A Marcha das Margaridas é considerada a maior ação efetiva de mulheres no Brasil.

Ao final da Marcha das Mulheres indígenas, foi organizado um documento que pedia o respeito a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas da Organização das Nações Unidas (ONU). O documento continha também demandas gerais do movimento indígena, como a luta pela demarcação das terras indígenas, e a posse plena dos territórios, a busca pela garantia de saúde e educação diferenciadas, e gestores indígenas que fossem sensíveis às causas dos povos originários, para coordenar os órgãos que regem estes campos.

Pautas direcionadas exclusivamente as demandas das mulheres originárias também estavam presentes no documento final, tais como, a promoção ao aumento da representatividade destas agentes nos espaços públicos de decisão, dentro e fora de suas comunidades; o combate ao machismo, racismo e discriminação contra elas em ambientes políticos; a necessidade de uma legislação específica de combate à violência doméstica, respeitando a realidade cultural dos povos indígenas, e, por fim, pedia mais facilidade de acesso à educação nos três níveis legais, ensino fundamental, médio e superior, propondo ações de empoderamento, formação e informação as mulheres originárias acerca dos seus direitos.

Em agosto de 2020 as mulheres originárias organizaram a “Grande Assembleia das Mulheres Indígenas” com tema “Mulheres Indígenas; o sagrado da existência e a cura da terra”. A assembleia ocorreu de forma online por conta da pandemia causada pelo *SARS-CoV-2*, vulgo Covid-19, que abalou o mundo todo e que até aquele momento já tinha afetado mais de 20.000 indígenas e matado aproximadamente 700 no Brasil. Além de discutirem os cuidados, impactos, dificuldades e enfrentamentos exercido pelas mulheres originárias durante a pandemia, foram pautados também o papel dos povos indígenas e dos territórios tradicionais para o clima e o planeta durante o momento tão delicado que a pandemia representava.

É importante elucidar que a pandemia contribuiu para que a violência contra os povos e territórios originários aumentassem devido à falta de fiscalização e a presença de um governo federal



que fosse conivente com tais atos. Outra pauta discutida durante a assembleia foi a participação das mulheres originárias nas disputas eleitorais, já que em 2020 ocorreriam as eleições municipais em todo o Brasil e o lançamento de candidaturas indígenas, incluído das mulheres, de suma importância para o enfrentamento da onda de violência cada vez mais forte contra os povos originários.

Em março de 2021 foi criada a primeira articulação exclusiva de mulheres originárias do Brasil, a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), para promover diálogos de fortalecimento com mulheres indígenas de todo o território nacional, que se encontram dentro e fora das aldeias. Como o nascimento da ANMIGA coincidiu com o contexto da pandemia, os primeiros encontros aconteceram de forma online, porém, conforme a agenda de vacinação avançava, e o vírus dava uma trégua, as reuniões passaram a ser presenciais, reunindo, inicialmente, lideranças a fim de fecharem uma agenda de ações em prol das mulheres indígenas.

Entre os dias 23 a 28 de agosto de 2021, foi realizado em Brasília uma das maiores mobilizações indígena da história, o acampamento “Luta Pela Vida”, organizado pela APIB que reuniu aproximadamente seis mil indígenas na Esplanada dos Ministérios para acompanhar o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365 e o Projeto de Lei (PL) 490 que discute a tese do Marco Temporal marcado para o dia 25 daquele mês. A tese do Marco Temporal restringe os direitos territoriais aos povos originários, por declarar que estes povos só poderiam ter a posse de determinado território se estivessem aldeados nele na data de 5 de outubro de 1988, dia em que a Constituição Federal foi promulgada.

A tese do Marco Temporal não considera duas coisas: a primeira é que até a data de 1988 os povos indígenas viviam ainda sob a tutela do Estado, não podendo reaver o direito a seus territórios de forma independente; outra questão ignorada pela tese é as ondas de violência sofrida pelos povos indígenas e que ocasionou durante séculos a expropriação e fuga de seus territórios, a fim de preservarem sua existência.

Foi somente com a CF/1988 que esses povos conseguiram, a partir de processos em conjuntos ou isolados, reivindicar a posse de seus territórios, e lutar por diversos outros direitos. Caso a tese do Marco Temporal seja aprovada, isso poderá ocasionar o fim das demarcações de TI no Brasil, além de deliberar a abertura das áreas indígenas para os projetos de mineração, agronegócio e diversas outras explorações.

A votação do Marco Temporal foi adiada por três vezes pelo Supremo Tribunal Federal durante o acampamento. A decisão foi interpretada pelos indígenas como uma tentativa de cansar os que estavam presentes na manifestação a fim de dispersá-los. A tese segue sem votação. No dia 28, após uma semana de concentração, muitas delegações optaram por retornarem as suas TI, no entanto, milhares de indígenas continuaram acampados na Esplanada dos Ministérios. As mobilizações de manifestantes pró-governo marcadas para o dia 7 de setembro daquele ano passaram a ameaçar os povos originários, dessa forma, foi necessário o deslocamento do acampamento da Esplanada para a Fundação Nacional das Artes (FUNARTE).

No dia 7 de setembro, concomitante as manifestações pró-governo, iniciou-se a II Marcha das Mulheres Indígenas em Brasília, com o tema “Mulheres originárias: reflorestando mentes para a cura da terra”. Apesar de todos os ataques e as ondas de violência praticadas pelos bolsonaristas contra as participantes da marcha e alguns indígenas que participaram do acampamento “Luta pela Vida” e que permaneceram em Brasília a fim de pressionar o Supremo Tribunal Federal a realizar a votação

do Marco Temporal, foi possível reunir aproximadamente 4.000 indígenas, durante os cinco dias de atividades, 07 a 11 de setembro relacionadas a grande mobilização das mulheres indígenas.

Esse número compreendeu muitos indígenas que participaram do acampamento “Luta pela Vida” e que permaneceram em Brasília a fim de pressionar o Supremo Tribunal Federal a realizar a votação do Marco Temporal. Outras pessoas que estiveram no acampamento e que retornaram para seus territórios no dia 28 de agosto, também voltaram para a marcha, além de diversas originárias que chegaram a Brasília para participarem exclusivamente dessas atividades.

As vozes das originárias ecoaram mais uma vez, juntando aos participantes do acampamento “luta pela vida” lutando pelos seus direitos. Os dias seguintes da mobilização, buscaram dar espaço a debates relacionados às eleições de 2022 e ao fortalecimento das redes de apoio às lutas dos povos indígenas.

“Estamos em busca da garantia de nossos territórios, pelas que nos antecederam, para as presentes e futuras gerações, defendendo o meio ambiente, este bem comum que garante nossos modos de vida enquanto humanidade. Para além de mero recurso físico, é igualmente morada dos espíritos das florestas, dos animais e das águas da vida como um todo, fonte de nossos conhecimentos ancestrais” (APIB, 2021)

A hostilidade verbal e as ameaças físicas que as originárias receberam dos grupos bolsonaristas que se encontravam em Brasília naquele momento, gerou toda uma reformulação do local de concentração das atividades da marcha que também estavam previstas para acontecerem na Esplanada dos Ministérios e tiveram que ser deslocadas para a FUNARTE, além da reformulação na agenda, já que a grande passeata das mulheres indígenas estava marcada para o dia 9 de setembro, foi realizada somente no dia 10 do mesmo mês.

É importante frisar que tanto no acampamento Luta Pela Vida, quanto nos cinco dias de atividades relacionadas à marcha, medidas de segurança e protocolos de saúde foram adotados contra a Covid-19, teste rápidos eram realizados em cada participante, além da distribuição de máscaras e a presença de álcool em gel em vários locais de concentração. Ao retornarem para suas TI, todos os indígenas passaram por um período de isolamento social para não arriscar, caso contaminados, transmitir covid-19 para seus parentes. Ainda em 2021, no mês de novembro, diversas representantes do movimento de mulheres originárias do Brasil estiveram presentes na Conferência do Clima das Nações Unidas (COP26) em Glasgow, Escócia. Participando ativamente, possuindo lugares de fala e sendo ouvidas por grandes lideranças mundiais sobre as mudanças climáticas e estratégias de conservação para o meio ambiente, já que os povos originários são considerados grandes especialistas nessa área.

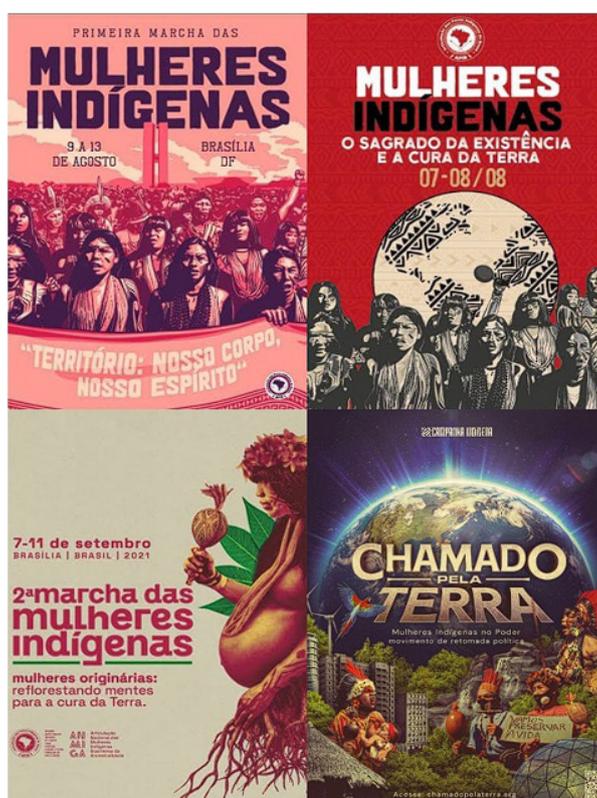
Em abril de 2022 ocorreu mais uma edição do Acampamento Terra Livre (ATL) com o tema “Retomando o Brasil: Demarcar territórios e aldear a política”. Participaram do ato mais de 8 mil indígenas de 200 povos diferentes de todo o Brasil.

Houve vários espaços exclusivos de debates direcionados as demandas das mulheres originárias. Na ocasião, foi lançada a campanha “Chamados pela Terra”, cujo objetivo foi o de apresentar alguns candidatos e candidatas indígenas que representariam os povos indígenas nas eleições de outubro. Ao todo foram lançadas 30 candidaturas apoiadas pela APIB, das quais 17 eram de mulheres.

A APIB se preparou com estratégias políticas por todo o país com o intuito de eleger o máximo de representantes indígenas para as câmeras estaduais e federais. A ideia foi de levar às urnas não um número grande de candidatos, mas poucos nomes cujos seriam concentrados, diferente das campanhas dos anos anteriores.

O site da “Campanha Indígena” ativo desde o pleito de 2020 reuniu os nomes dos candidatos e candidatas apoiadas pela APIB para as eleições de 2022, tendo as mulheres originárias um maior destaque neste meio. As personagens que compunham a linha de frente dessa articulação política promovida pela APIB, transitavam nos mais diversos espaços, tomando por direito o seu lugar de fala em diversas esferas da vida social, incluindo o campo da política partidária, compondo partidos e concorrendo a cargos políticos, representando as demandas de seus povos e lutando pelas pautas de gênero, demarcando a política.

Imagem 1: Colagem Mulheres Indígenas em Movimento



Fonte: ANMIGA

Ainda em 2022, ocorreu a Caravana das Originárias da Terra, organizada pela ANMIGA para promover ações de fortalecimento e protagonismo das originárias. Segundo a ANMIGA (2022), “a conquista da autonomia da indígena mulher depende delas mesmo para ocupação de espaços institucionais e tomada de decisões”. A Caravana percorreu 27 territórios indígenas, por todo o Brasil, possibilitando debates, reflexões e trocas entre diversas mulheres originárias de diferentes faixas etárias e possuidoras de diferentes conhecimentos, falando sobre pertencimento, representatividade e, sobretudo, resistência.

Durante a caravana, foi possível também tecer diálogos sobre o pleito político de 2022, a incidência das candidaturas de mulheres indígenas e a importância da participação dessas agentes ocupando cargos políticos de decisões.

4. Aldeando a Política

A participação das mulheres indígenas na política partidária não é recente. Ainda em 1963, a professora e agente comunitária de saúde Carmelita Cruz, pertencente ao Povo Tuxá, foi eleita vereadora na primeira eleição que ocorreu no município de Rodelas, localizado na Bahia. Além de ser uma grande referência da educação em Rodelas, Carmelita possuía projetos voltados para o cuidado de pessoas enfermas no município, que hoje possui uma Unidade Básica de Saúde, além de uma escola que leva o nome da ex-vereadora e liderança indígena, já falecida.

Em 1992, Iracy Cassiano, ou mãe Nancy, da etnia Potiguara, foi eleita a primeira indígena mulher prefeita no Brasil pelo município de Bahia da Traição, localizado no Litoral Norte do estado da Paraíba. Nancy era parteira e mesmo ocupando um cargo político de grande destaque, que demandava bastante disposição para cumprir com os compromissos do cargo, não deixou nunca de exercer sua missão de trazer vidas ao mundo. Aliás, essas são as únicas informações encontradas a respeito da vida e atuação política tanto de Carmelita, quanto de Nancy.

Embora tenha se observado um aumento da participação de mulheres indígenas concorrendo a cargos políticos nos pleitos ocorridos na última década, a quantidade é um tanto irrisória comparada a presença de mulheres não originárias nesse meio. As candidaturas das originárias ainda esbarram em diversas questões cruciais dentro e fora de suas aldeias. Mas apesar das diversas dificuldades enfrentadas por essas agentes, elas veem lutando por seu lugar e para serem reconhecidas no meio político, nas esferas municipais, estaduais ou federais.

Nas eleições de 2014, segundo dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e pela APIB, registrou-se 21.787 candidaturas em todo Brasil, das quais 74 eram indígenas, ou seja, 0,34% do total, divididos em 25 (33,8%), representantes do sexo feminino e 49 (66,2%) do sexo masculino. O total de candidaturas foi dividido em 49 (66,2%) candidatos concorrendo ao cargo de deputadas e deputados estaduais, 19 (25,7%) para deputadas e deputados federais, 2 candidaturas para o cargo de senadores, mais duas para deputado distrital (2,7%); para o vice-governo registrou-se apenas 2 candidaturas (1,4%). Do total de candidaturas indígenas, apenas 2 homens foram eleitos deputados estaduais.

Nas eleições de 2018 houve um crescimento de 56,47% de candidaturas indígenas, comparadas ao pleito de 2014. O total foi de 135 candidaturas, dos quais 84 homens e 49 mulheres, concorrendo aos cargos de deputadas e deputados estaduais, federais, distritais, senadoras e senadoras, governadoras e governadores, além de duas candidaturas para os cargos a Vice-presidência da República com Sônia Guajajara e Hamilton Mourão. Desse total, apenas uma candidata a deputada federal, Joênia Wapichana, e o candidato à vice-presidência, Hamilton Mourão, venceram as eleições.

É importante frisar que das duas candidaturas indígenas eleitas em 2018, somente Joênia Wapichana era ligada ao Movimento Indígena e defendia os direitos dos povos originários, enquanto Hamilton Mourão, eleito vice-presidente pelo Partido Liberal (PL) não compactuava com o Movimento Indígena e seus ideais. Mourão era candidato a vice na mesma chapa de Jair Bolsonaro, candidato a presidente, lembrando que Bolsonaro declarou que, se caso fosse eleito, não teria nenhum centímetro a mais de terra demarcada para indígena ou quilombola.

Quanto às eleições municipais de 2016, o número de candidatos indígenas era de 1.604 mil, para 496,9 mil candidatos não indígenas, ou seja, 0,35% do total de candidaturas. Desse per-

centual, 28 candidatas e candidatos disputaram o cargo de prefeitas e prefeitos, 57 concorrem as vice-prefeituras e 1.519 a vereadora e vereadores. O sexo masculino correspondeu a 72,38% de candidatos, enquanto o feminino representou apenas 27,62%, ao todo foram eleitas 28 vereadoras e uma prefeita nesse pleito.

Já nas eleições de 2020, as candidaturas cresceram em 88,51%, comparando com o pleito de 2016. Foram 2.216 candidatas e candidatos indígenas concorrendo às prefeituras e câmaras de vereadoras e vereadores, ou seja, 0,39% do total de candidaturas. O que diz respeito às candidaturas das mulheres indígenas, estas cresceram em 49% em relação às eleições de 2016, porém, ainda representaram apenas 32% do total de candidatos indígenas. Foram 683 candidatas a vereadoras e 6 ao cargo de prefeitas. Ou seja, para cada 250 mulheres candidatas à vereança, uma é indígena, e para cada 417 candidatas à prefeitura, uma é indígena.

Foram eleitos 234 representantes, de 71 etnias. Esse número foi dividido em 10 prefeitos, 11 vice-prefeitos e 213 vereadoras e vereadores. Das mulheres que concorreram ao pleito, apenas 13% do total foram eleitas, ou seja, 31 mulheres, todas para o cargo de vereadoras.

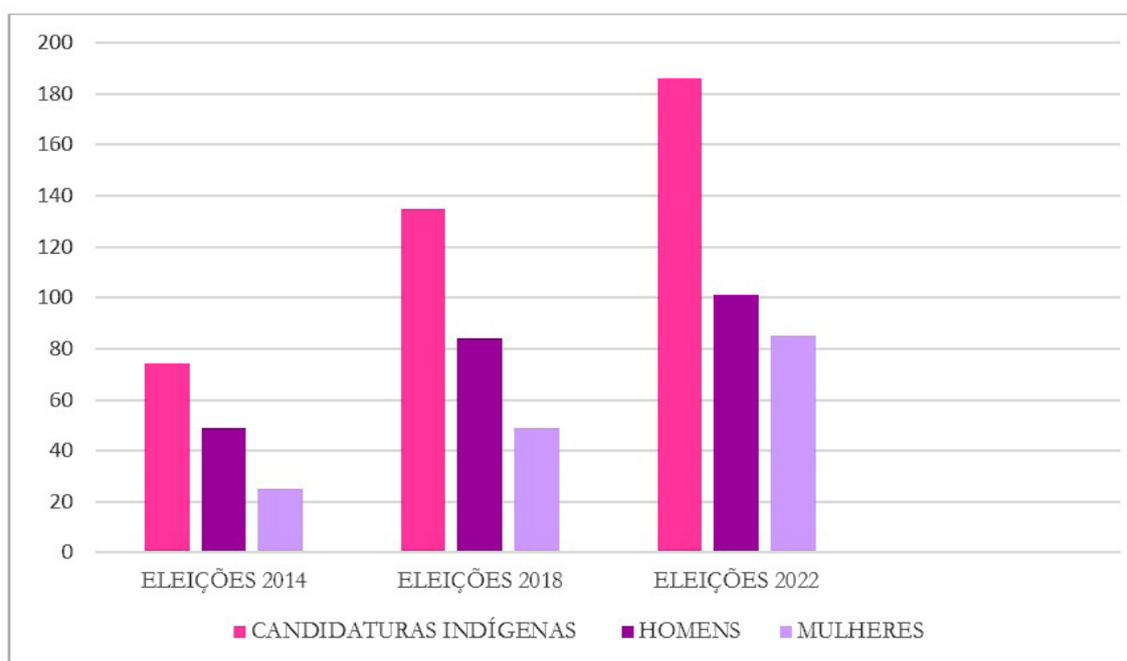
5. Mulheres Originárias e a Construção de uma “Bancada Do Cocar”

Muitos partidos ainda encaram as candidaturas de mulheres indígenas como algo superficial, apenas para cumprir a cota de gênero, além dos partidos privilegiarem os mesmos candidatos de sempre, as mulheres indígenas, enquanto candidatas, ganham menos espaço nas mídias, além de suas campanhas serem subfinanciadas.

No entanto, nas eleições de 2022, apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelas originárias, houve um aumento considerável no número de candidaturas dessas agentes políticas. Tal fato se deve, pela intensa campanha encabeçada pela APIB para incentivar candidaturas indígenas, além do forte movimento de autorrepresentação indígena na política, a fim de defenderem seus direitos e de seus respectivos povos, principalmente diante de uma gestão totalmente negligente no que tange os povos indígenas, como foi a presidência de Jair Bolsonaro.

É importante salientar que há todo o movimento contrário que inibe as candidaturas e os direitos dos povos indígenas. Esse movimento é alavancado por diversas figuras que possuem capital social e financeiro para boicotarem a atuação do Movimento indígena, além de diversos outros agentes políticos, que estão ocupando as câmaras municipais, estaduais e federais por décadas e que nos últimos quatro anos, diante de um governo que negava declaradamente diversos direitos assegurados pela Constituição aos povos originários, se sentiram mais confortáveis para expor seu ódio contra estes, principalmente no meio político.

Nas eleições de 2022 foram registradas 186 candidaturas de pessoas declaradamente indígenas. Isso representa um aumento de 37,78%, baseado nos dados de 2018, sendo 101 candidatos homens que representam 54,30% das candidaturas, e 85 de mulheres representando um percentual de 45,69%, divididas em partidos de ideologias diversas, esquerda, centro e direita, dentre os quais se destacam o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) com 13 candidaturas, o Rede Sustentabilidade (REDE) com 9 e o Partido Liberal (PL) com 7.]

Gráfico 1: Candidaturas Indígenas, eleições de 2014, 2018 e 2022

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

Baseado nos dados das três últimas eleições presidenciais (2014, 2018, 2022) o número de candidatos declaradamente indígenas concorrendo a cargos políticos cresceu consideravelmente, e conseqüentemente o número de candidaturas de mulheres indígenas também. Porém, embora as estatísticas apontem um certo otimismo no que tange o aumento de candidatas indígenas mulheres, o percentual ainda é bem menor do que as candidaturas dos homens indígenas, pois, embora o cenário político tenha ficado mais propício para o recebimento dessas mulheres, há vários outros entraves que prejudicam de forma sistemática a sua candidatura, campanha e possível eleição das originárias.

Das 85 candidaturas de mulheres originárias que concorreram ao pleito de 2022, 6 fizeram parte de bancadas, estaduais e federais, contendo indígenas e não indígenas, 51 concorreram para o cargo de Deputada Estadual, 20 para Federal, 3 concorrerem como suplentes ao Senado, 2 candidaturas foram para vice-governadoras e uma concorreu a vice-Presidência pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), a originária Kunã Yporã, Raquel Tremembé, do povo Tremembé do Estado do Maranhão.

De todas as candidaturas de mulheres originárias espalhadas pelo Brasil, somente 5 foram eleitas, uma para deputada Estadual, a Índia Armelau do PL eleita pelo Estado do Rio de Janeiro. As outras 4 para deputadas federais, Célia Xakriabá do PSOL pelo Estado de Minas Gerais, Juliana Cardoso do Partido dos Trabalhadores (PT) e Sônia Guajajara pelo PSOL, ambas eleitas pelo Estado de São Paulo, e Sílvia Waiãpi do PL eleita por Amapá.

É importante frisar que as duas deputadas eleitas pelo PL, a Índia Armelau, Deputada Estadual eleita pelo Rio de Janeiro e Sílvia Waiãpi eleita Deputada Federal por Amapá, são pró-Bolsonaristas e suas demandas não estão alinhadas com as demandas do Movimento Indígena, assim como diversas outras candidatas que concorreram ao pleito.

Já Juliana Cardoso, exercia seu quarto mandato de vereadora atuando na prefeitura da capital paulista, quando foi eleita Deputada Federal por São Paulo (SP). Na câmara municipal,

seus projetos giram em torno dos direitos das mulheres, das crianças e adolescentes e do acesso à moradia básica. Juliana, cresceu na periferia de SP, e ao longo dos últimos anos vem buscando se reconectar com a sua ancestralidade indígena. Sua eleição é de grande importância para as populações vulneráveis, os povos originários e as mulheres indígenas na maior capital do país.

Enquanto Célia Xakriabá e Sônia Guajajara, ambas do PSOL, estão há anos lutando junto ao Movimento Indígena pelos direitos dos povos originários.

Célia, eleita Deputada Federal por Minas Gerais, é professora, ativista dos povos e mulheres indígenas e foi a primeira indígena a ter mestrado entre os Xakriabá, além de ser a primeira servidora indígena a atuar na Superintendência de Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino da Secretaria de Educação de Minas Gerais (SEE/MG).

Já Sônia Guajajara, eleita para o mesmo cargo pelo Estado de São Paulo, coordenadora executiva da APIB, foi a primeira indígena mulher a disputar a vice-presidência do País (eleições de 2018). Sônia está há anos rodando o mundo, levando a mensagem dos povos originários do Brasil na luta pela demarcação de territórios indígenas.

Imagem 2: Sônia e Célia Xakriabá



Fonte: Campanha Indígena

Célia e Sônia, assim como diversas outras candidatas indígenas, tiveram suas candidaturas impulsionadas pela APIB além de outros setores que compõe o movimento, incluindo a ANMIGA. A eleição de Célia, Sônia e Juliana é histórica para o movimento indígena, é a primeira vez que três indígenas mulheres são eleitas, ao mesmo tempo, para a Câmara Nacional, aliás é a primeira vez que há uma grande quantidade de indígenas que ocuparão o Congresso.

O primeiro deputado federal indígena no Brasil foi Mário Juruna, eleito em 1982 com 30 mil votos. Mário foi autor da Comissão permanente do índio, base da atual Comissão de Direitos Humanos e minorias da câmara de Deputados, autor do projeto que alterou a composição da diretoria da Funai, que passou a ser integrada por indígenas ou indigenistas. Mario contribuiu também para o desmanche do Governo Militar, através de suas denúncias que evidenciavam a violência contra os povos indígenas, no entanto, ele exerceu somente um mandato (1983 – 1987) e morreu em 2002, mas escreveu sua história como primeiro e único representante dos povos originários a ocupar uma cadeira de deputado federal, isso até em 2018, quando Joênia Wapichana venceu as eleições conquistando uma cadeira no Congresso Nacional.

Joênia Wapichana, eleita deputada federal pelo Estado de Roraima, foi a primeira indígena mulher a ocupar uma cadeira no Congresso Nacional, além de ser também a primeira indígena a se formar em direito no Brasil e a defender uma causa no Supremo Tribunal Federal. Joênia atuou como defensora do seu próprio povo, Wapichana, no julgamento envolvendo a demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol, além dos povos Ingaricó, Macuxi, Patamona e Taurepang e ganhou a causa (ALMEIDA, 2010).

Durante o mandato, Joênia enfrentou quatro anos de puro bolsonarismo no Congresso, defendendo a causa dos povos originários, como a única representante indígena. Apesar de não ter conseguido a reeleição no pleito 2022, Joênia Wapichana fez história, assim como diversas mulheres originárias pelo Brasil que seguem na luta pelos seus direitos e de seus respectivos povos.

A presença de candidaturas de mulheres declaradamente indígenas em partidos que não estão alinhados com os direitos destes povos, assim como diversos outros candidatos originários que concorreram a pleitos passados, merece uma averiguação mais detalhada. A hipótese é de que a popularidade que esses partidos possuem dada a região geográfica que o candidato ou candidata se encontram, além do financiamento proposto por campanha, podem levar até mesmo indígenas que dialoguem com os interesses dos povos e movimento originário optarem pela filiação e disputa a um cargo por esses blocos partidários.

Há diversos outros fatores que inibem a candidatura de homens e, principalmente, de mulheres indígenas a cargos políticos. As ameaças constantes que tais populações sofrem por parte de pessoas que estão na vida política há décadas, comandando partidos ou ocupando cargos nas câmaras, e que possuem conflitos históricos com os povos indígenas, principalmente pela posse e usufruto da terra, pode ser considerado mais um desses motivos, mas os povos indígenas, em geral, estão cada vez mais em busca de ocupar os espaços e esferas de poder, e as mulheres indígenas estão a frente dessa luta.

CONCLUSÃO

As participações de mulheres indígenas em ambientes públicos de discussão têm sido cada vez mais constante. Isso se deve ao fato de que é necessário haver uma atuação visível fora do contexto das aldeias, com os seus corpos demarcando os mais diversos espaços, para que seus direitos e os de seus respectivos povos sejam garantidos.

No início de 2023, a convite do Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva (PT), eleito no pleito de 2022, Sônia Guajajara assumiu o Ministério dos Povos Indígenas. O Ministério foi um dos acordos firmados entre Lula e os povos originários como compromisso de campanha. Ele é

inédito, além de ser o primeiro instrumento exclusivo criado para tratar das pautas dos povos originários no Brasil. Sônia não foi o único nome citado para assumir o Ministério dos Povos Indígenas, Weiber Tapeba, vereador no Ceará, foi indicado pelas Organizações indígenas do Nordeste, além de Joênia Wapichana.

Boa parte do Movimento Indígena Nacional apoiou o nome de Sônia Guajajara para a gestão do Ministério. Seu ativismo, participação política, competência e reconhecimento mundial pela causa indígena também foram de grande destaque para que ela assumisse a pasta.

Joênia Wapichana assumiu a coordenação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), antiga Fundação Nacional do Índio. A mudança de nome também foi acordada com o novo presidente. A FUNAI é de grandíssima importância para os povos indígenas no Brasil, e teve seu desmonte orquestrado na gestão de Jair Bolsonaro. Joênia mais uma vez escreve a história sendo a primeira indígena a assumir o órgão.

Diversas outras originárias que concorreram a cargos nas eleições de 2022 fizeram parte da equipe de transição do Governo Federal, além de muitas outras que não participaram do pleito como candidatas, mas que participam ativamente do Movimento Indígena.

Dessa forma, fica evidente que a atuação das mulheres indígenas não se resume a vida doméstica, ou de reclusão em suas aldeias. Hoje, cada vez mais, elas ocupam os espaços públicos, estando à frente das demandas políticas e lutando contra as formas de opressão dentro e fora de seus territórios.

O movimento de mulheres originárias sempre existiu, elas que, no passado, lutavam pela sua sobrevivência, e permanência enquanto povos etnicamente diferenciados, hoje seguem reivindicando seus direitos, demarcando, aldeias, territórios, ruas, urnas, redes sociais, academias e a política.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Os índios na História do Brasil*. FGV, 2010.

CAMPANHA INDÍGENA: https://campanhaindigena.info/campanha_indigena_2022/
<Acesso em: 06/11/2022>

ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS MULHERES INDÍGENAS GUERREIRAS DA ANCESTRALIDADE. *Caravana das Originárias 2022*. Agosto/2022. Disponível em: <<https://anmiga.org/caravana-das-originarias-2022/anmiga.org/>> Acesso em: 12/11/2022.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. *Acampamento Luta Pela Vida*. Agosto/2021. Disponível em: <<https://apiboficial.org/luta-pela-vida/>> Acesso em: 16/11/2022.

- CIMI. 2019. Conselho Indigenista Missionário. *Carta da 1ª Marcha Nacional das Mulheres Indígenas*. Disponível em: https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenas_documento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pelo-nosso-direito-vida <Acesso em: 10/09/2022>
- LASMAR, Cristiane. 1998. Mulheres Indígenas: representações. Dossiê Mulheres Indígenas, *Revista Estudos Feministas*. 7(1 e 2)
- LUGONES, María. *Hacia un feminismo descolonial*. Binghamton University (2011)
- MATOS, Maria Izilda S. História Das Mulheres E Das Relações De Gênero: campohistoriográfico, trajetórias e perspectivas. In: *Mandrágora*, v.19. n. 19, 2013, p. 5-15.pdf
- OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2016.
- PERROT, M. *Minha História das Mulheres*. São Paulo, Brasil: Contexto. 2008
- PISCITELLI, Adriana. "Recriando a (categoria) mulher?" In: ALGRANTI, Leila (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.
- RAGO, Margareth. As Mulheres Na Historiografia Brasileira In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995
- SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. In: *e-cadernos CES 18 | 2012 Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical*. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/1f33/fec944190f8ca2534edbd-3218c26784f6004.pdf>
- SILVA, Suelen de Aguiar. Desvelando a Netnografia: um guia teórico e prático. *Intercom (São Paulo. Online)*, v. 38, p. 339-342, 2015.